

Studentenwerk Münster (2004). *Artikelsatzung des Studentenwerks Münster*. Consultado el 14 de enero de 2012 de http://www.studentenwerk-muenster.de/images/studentenwerk/pdf/ueber_uns/satzung.pdf

5.8.

Título:

Gestão e avaliação institucional participativa: prática política no espaço público

Autor/a (es/as):

Felix, Glades Tereza [Universidade Federal de Santa Maria]

Resumo:

O desafio deste paper é apresentar os resultados finais da pesquisa denominada Avaliação Institucional Participativa do Curso de Gestão Educacional do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/Brasil). Tal investigação se insere no debate mais amplo das políticas de avaliação do ensino superior e procurou por meio de duas etapas revisar e inovar um Curso de Especialização de uma instituição pública como forma de debater a eficácia e a relevância de processos de avaliação autônomos a partir do enfoque da metodologia da Avaliação Institucional participativa (AIP) SANTOS (2002), LEITE (2005). O fato da modalidade do Curso ser de Pós-graduação *Lato Sensu* e não ter nenhum tipo de avaliação regulatória por parte do Estado deu liberdade de ver, julgar e agir, de forma processual na implementação das etapas de autoavaliação e avaliação externa, cada uma em seus espaços/tempo, permeadas de interesses, conflitos, acordos e negociações. Afinal: quais mudanças atendem a inovação num currículo de formação continuada? Esse estudo se justifica pela percepção de que a avaliação, que é um instrumento de mudanças, a partir das reformas neoliberais tem resumido seus efeitos quase que exclusivamente ao controle a supervisão e a regulação em detrimento de maior autonomia e emancipação. Em decorrência disso vem se desenhando um novo modelo de formação de profissionais, em algum sentido menos preocupado com o conhecimento e mais atenta ao mercado. As ações iniciaram-se por meio de ampla sensibilização que desencadeou a Autoavaliação por meio de assembléias e consultas online à comunidade enquanto que a Avaliação Externa revisou a autoavaliação focando-se nas dimensões: currículo, corpo docente, produção docente e discente e infraestrutura. Em escuta

aos resultados a relevância dos achados está a desencadear ações como: diálogos personalizados com o corpo docente no sentido de qualificar a produção na área de gestão visando, em médio prazo, a solicitação de credenciamento do curso na modalidade Pós-graduação *Stricto Sensu* em nível de Mestrado acadêmico na área de gestão e avaliação; ampla reestruturação curricular visando atender as necessidades da Escola Básica no que tange a efetivação da gestão democrática, e intensificação da relação universidade escola básica por meio de projeto. Conclui-se que o poder protagonizado pela gestão da Avaliação Institucional Participativa neste processo nos possibilitou ver mais claro a radiografia e mais longe a produção do curso na área, o que vem garantindo maiores possibilidades de inovação no espaço público, pois atende com qualidade social as demandas da comunidade universitária, do sistema de escolas e da sociedade por meio de acordos e negociações.

Palavras-chave:

Avaliação; Gestão; Avaliação Institucional Participativa.

1. Apresentação

Atualmente avaliação parece ser a palavra de ordem para toda a instituição, por outro lado, qualidade e avaliação, se tornam em alguns casos ameaçadoras quando vêm de um “Estado regulador” e “legisferante”, no entanto, tornam-se portadoras de reconhecimento público quando surgem das vozes autônomas da comunidade.

Apresentamos os achados do processo de Avaliação Institucional ocorrida entre 2009 e 2011 num Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* - Especialização presencial, de uma universidade pública, como forma de conhecer, melhorar e suprir a ausência do Estado em termos de acompanhamento da qualidade, já que controla todos os demais cursos no Brasil, deixando, pois esta modalidade sem nem tipo de acompanhamento, talvez em curto espaço de tempo serão apenas ofertadas na modalidade a distância.

Portanto sem o peso das influências e pressões locais, nacionais e internacionais deixamos a conformidade e tivemos a liberdade de implementação de outro formato avaliativo, rompendo assim com a padronização. O desejo da realização da avaliação, a busca do aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e o desenvolvimento de uma ética profissional, eivada pela responsabilidade, nos levaram a considerar que tal processo deveria ser participativo, com nos levou a optar pela metodologia a Avaliação Institucional Participativa (AIP) de LEITE, 2005 e SOUSAS ANTOS, 2004.

Isso se justifica porque tais caminhos, diferentemente, da teoria, prática e esforços do SINAES¹ agregam valor às instituições, aos programas, aos docentes, ao corpo docente e técnico, porque no coletivo produzem aprendizagens e reflexões que de fato, mexem com estruturas estabelecidas.

Como é sabido, que a principal função social da avaliação nas instituições é promover melhorias e aperfeiçoamentos, além de subsidiar as reformulações nas políticas, nas práticas, nas percepções de ensino, da pesquisa e da extensão e no processo de informação e comunicação da Universidade com o Estado e com a sociedade. Por isso, “a avaliação das instituições de educação superior devem ser e ter um amplo processo de conhecimento, interpretação, atribuição de juízos de valor, organização e instauração de ações e metas consequentes” DIAS SOBRINHO, 2000, p.193.

A experiência desta proposta avaliativa surge, de certo modo, como o contraponto necessário a substituição da gestão centralizada da avaliação e acreditação em Brasil, independentemente do grau de efetiva descentralização e de real autonomia.

Certo mesmo é que há, entre gregos e troianos, um ponto em comum, logicamente por objetivos diferentes; a avaliação é o instrumento decisivo de processos de melhoria e de estratégias de desenvolvimento. No caso, se Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé, portanto, autonomamente, construímos um projeto-piloto aprovado em todas as instâncias institucionais e partimos para o desafio, obviamente, sem ter noção do que pelo caminho poderíamos encontrar, nem sobre os resultados de tal empreitada, quando os mesmos atores estão formatados a outros processos compulsórios e produtivistas.

A avaliação Institucional Participativa do Curso se desenvolveu por meio de duas etapas. 1- Avaliação Interna por meio de três formatos avaliativos: a) Autoavaliação, b) Pesquisa diagnóstica; c) Consulta aos empregadores e a 2- Avaliação Externa por meio de dois especialistas. Os prazos ocorreram de acordo com os referentes da Avaliação Participativa, nem curto, nem longo, na dimensão das necessidades dos atores envolvidos. De início, se deu especial relevo a Autoavaliação, até porque demandou mais tempo, dedicação e inúmeros replanejamentos. O que é perfeitamente possível nesta condição metodológica. Construir no coletivo requer tempo e condições para se conhecer; conhecer os outros participantes e conhecer o entorno, talvez o famoso dito de Sócrates “conhece a ti mesmo” tenha sido uma metáfora visual ou um olhar para um tipo de interpretação que enseja princípios da autoavaliação, como processo ético, justo e transparente.

¹Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, aprovado pela Lei Federal 10.891. Institui bases gerais para a Avaliação interna e externa para todos os Cursos superiores de graduação no Brasil. Os Curso de de Pós-graduação *Strictu Senso* são todos avaliados trienalmente pela CAPES.

Toda a avaliação realça aspectos positivos e negativos. Certamente, que o fato de fazermos a avaliação não resolverá os problemas. Será que a avaliação pode ser um processo mágico de crescimento? Um negócio de encantamento? Na sequência passamos a trabalhar estas questões no intuito de neutralizar o estigma de que: só avaliação regulatória produz mudanças? Para isso desenvolveremos o seguinte percurso: Resgate histórico, Interesse, conflito e participação, Resultâncias políticas e Configurando (in) conclusões

2. Resgate histórico

É um Curso tradicional e pioneiro na instituição, em 2013, irá completar trinta (30) anos. Foi criado em atendimento aos movimentos nacionais de formação de professores, oriundos da década de 1980, que sinalizaram para reformulações no currículo dos Cursos de Pedagogia. Em nível local absorveu as antigas habilitações da Pedagogia que ofereciam profissionalização em Administração, Supervisão e Orientação Educacional atendendo o formato da Reforma Universitária de 1968, cujo escopo primava pela instalação dos princípios do fordismo taylorismo no sistema de educacional. Após, tais habilitações foram substituídas pelo Magistério para a Educação Pré-escolar e Matérias pedagógicas do 2º Grau e Séries Iniciais do Ensino de 1º Grau e Matérias Pedagógicas de 2º Grau, enquanto que as antigas passaram a ser ofertadas em Curso de Pós-graduação *Latu senso* em nível de Especialização em Educação.

O atual Curso teve seu Projeto Político Pedagógico aprovado em 2003 tendo sido reformulado em 2006 e pode ser entendido por meio de três fases distintas e determinantes, ou seja, a origem, transição e a consolidação.

Sua origem remonta modalidades mais antigas de caráter tecnoburocrático, quando em 1970 foi denominado de Curso de Especialização em Administração, Supervisão e Orientação Educacional, na medida em que a idéia era instaurar a divisão social do trabalho pedagógico nas escolas atendendo a Reforma Universitária de 1968.

Com o advento da Carta Constitucional de 1988, os ares de mudanças e novas exigências globais levaram naturalmente os especialistas ao esgotamento, com isso o Curso sofreu as primeiras reformulações, que se aprofundaram a partir da Lei 9394/96 e do Plano Nacional de Educação (2001), uma vez que as Especializações com “Ênfases” já não atendia as exigências legais e sociais, fato que apontou para a reorganização estrutural da carga horária e das disciplinas, além de se constituir num marco das reflexões iniciais em torno da concepção de Gestão Democrática preconizada na Constituição Federal de 1988.

Frente aos novos implicativos podemos reconhecer a fase de transição democrática ocorrida em 1999 quando sofreu a primeira reformulação curricular pós-constituição, quando passou a denominar-se Curso de Gestão Educacional: “Ênfases” em Administração, Supervisão Escolar, Orientação Educacional. Entretanto foi entre 2001 e 2003 suprimiu-se de fato e de direito tais “Ênfases” objetivando superar a fragmentação inicial e a ambiguidade do modelo de transição.

Tal reformulação resultou de uma observação atenta do desenvolvimento científico e técnico das últimas décadas, bem como seu enquadramento na área científica pertinente a partir das necessidades sugeridas em termos de qualificação de pessoal para implantar e consolidar a gestão democrática na escola básica.

Portanto, plantada a ideia da construção de gestão escolar/educacional como resultado da autonomia, nas diferentes fases, a equipe responsável soube assumir relevantes papéis no estabelecimento de componentes teórico-práticos capazes de germinar nos futuros gestores a problematização sobre a questão. Foi a partir dessa caminhada que o Curso denominou-se “Gestão Educacional”, quando deixou de formar “especialistas” e passou a fazer “formação continuada” ao preparar e qualificar profissionais para atuar nas áreas da Gestão Escolar e Educacional.

Uma vez desenhado à trajetória do Curso e decorrido sete anos da implementação curricular, entendemos que este deixou de ser uma proposta para se consolidar num projeto institucional de formação continuada no âmbito da Gestão Educacional, exatamente porque trata de princípios universais e tem tido a coragem de não se render aos apelos do econômico.

No Projeto Pedagógico reconhece-se o enquadramento do Curso na área científica pertinente, especialmente, no item onde explicita que:

se entende por gestor educacional o docente habilitado para exercer, tanto as funções pedagógicas, como as funções administrativas na perspectiva da gestão democrática como um processo de superação da divisão do trabalho na instituição escolar e nos sistemas educacionais aos moldes da organização fordista/taylorista. (PPP. 2006, p.04).

Pontos importantes deste documento reforçam que “Gestor” não é um termo que designa um cargo, uma função na estrutura organizacional das instituições educativas. Refere-se a processos, políticas e ações administrativas cujas articulações definem as metas, as definições políticas e as práticas escolares, pensando gestão como um espaço de encontro entre o Estado e a sociedade civil na escola. Isto indica que

o papel do gestor não se esgota no âmbito da escola, está também, estritamente vinculado à gestão do sistema educativo.

Sob a perspectiva do conhecimento e dinâmica escolar num todo, a ênfase na formação continuada dos profissionais da educação através do aperfeiçoamento e atualização onde os mesmos possam atuar em seus locais de trabalho com uma competência específica.

Todavia, bem ou mal, tais posturas revelam que o espaço para ousar e aceitar desafios vem sendo conquistado pelo Curso ao longo de sua existência, exatamente porque a custa de contradições, dúvidas, tropeços, aprender a levantar-se e, teimosamente, continuar, o conjunto dos homens soube e pode inventar e reinventar a universidade.

3. Interesse, conflito e participação

A base fundante de nossa avaliação esteve sustentada em ações políticas ancorada na abordagem da Avaliação Institucional Participativa (AIP). A AIP é uma metodologia que se qualifica no pilar da emancipação e segundo os estudos de LEITE; 2005 e SANTOS; 1994, parte do enfoque político filosófico do socialismo sem fim por meio da democracia participativa vincula-se diretamente a uma forma de democracia forte, entendida como um regime de governo que se caracteriza pela formação de uma comunidade capaz de resolver suas questões e conflitos através de uma política de participação, de autocrítica e autolegislação.

Destina-se a grupos de referência como representantes eleitos, gestores e comunidade universitária. Objetiva a transformação por meio da transparência e legitimidade e decisão do coletivo. Produz um contrato político, autonomia, aprendizagem política e conhecimentos sociais. Questiona-se por meio de reflexões tais como: o que serve a comunidade? Como vamos agir? Como vamos fiscalizar a ação? Sua epistemologia é subjetiva e a ética é objetiva, na primeira a aprendizagem é de participação democrática e produção de conhecimentos social a outra detém uma relação de escuta ao outro, e de interação política e produção de bem público, onde o índice de democracia é mais (+++) forte.

Para LEITE; 2005 este formato de avaliar não constitui um modelo pronto, mas em processo. Permite tornar as instituições menos burocráticas, por ela se pode ver um resultado que atravessa colegiado e administrações universitárias, constituindo uma espécie de currículo secreto para a aprendizagem e produção de conhecimento social e político.

Essa modalidade avaliativa está eivada de princípios que dizem respeito ao protagonismo dos sujeitos, pois todas as pessoas podem exercer função de governo, em algum tempo, nas ações avaliativas,

exercitando assim igualdade de direitos perante os acordos e negociações. Posto isto a universidade é vista como bem público e de avaliação pedagógica em termos de responsabilidade democrática, pois pertence aos cidadãos descolados de propriedades particulares.

Essa condição de práticas de avaliação participativa é uma etapa comum de contextos institucionais que privilegia as decisões autônomas de grupos e colegiados e respeita a liberdade acadêmica.

No caso não é o tamanho da instituição em termos de quantidade de alunos, técnicos e docentes que vai sinalizar se a prática avaliativa participativa é bem-sucedida, mas em certas instituições há um clima institucional que estimula certos valores como a consulta, discussão, prestação de contas, a responsabilidade democrática e com certeza a preservação da autonomia universitária.

Neste enfoque não existem “experters” na área que conduzem o processo, são os grupos focais que são os próprios atores, constituintes das comissões eleitas, discentes, técnicos, docentes e egressos preocupados em avaliar o ensino, a pesquisa, a gestão e a extensão.

Todas as decisões são tomadas mediante negociações e acordos que levam a organização interna dos grupos e a formulação das metas em favor das mudanças por meio da avaliação.

O caminho a ser percorrido se faz e refaz pela retórica e a dialógicas esboçadas de modos diversos como se apresenta nos casos estudados por LEITE; 2005. Envolve discussão e reflexão sobre o que fazer como agir e como fiscalizar a ação e também a expansão do processo auto-educativo, através das atividades de sensibilização da comunidade ativa.

Leite (2005) nos fala que esses elementos levam ao processo de co-gestão formal quando estabelecidos nas normativas das instituições e ou informal quando os grupos se intitulam autônomos para a tomada de decisão. Isso pode produzir um dos princípios mais caros e almejados pelas instituições públicas; a autonomia universitária.

Por esta natureza, na concepção dos envolvidos, tal percurso metodológico se encaixou como uma luva no perfil do Curso, nos permitindo buscar e encontrar alternativas aos processos avaliativos padronizados a exemplo da proposta do SINAES e da CAPES, por meio dos princípios e referentes da AIP. Desse modo com o contraponto necessário por meio de interesse, conflito e participação, foi que se desenvolveram as negociações do processo.

Entretanto, dentro da limitada autonomia das universidades, não podemos falar de autogestão até porque os Cursos de pós-graduação em geral não têm espaço para realizar a autoavaliação, devido à sobrecarga das exigências de produtividade, o que limita, em muito, o resultado das avaliações implementadas pela CAPES, que ainda tem um olhar externo sobre os cursos a orientá-los a melhoria constante. É uma visão

de supervisão e controle unilaterais, certamente que a implementação conjunta com o formato da avaliação interna: autoavaliação produziria um olhar autocrítico, intimista e mais global dos Cursos e das instituições.

De acordo com LEITE; 2005 para atingir melhor qualidade na universidade o ponto de partida deve ser por meio de uma avaliação inovadora realizada por dentro, que seja participativa e democrática e que conte com o envolvimento das comunidades internas e externas.

Em vista de que não há reformas bem-sucedidas sem avaliação de caráter global passamos a descrever a implementação do processo que se desenvolveu em duas etapas: Avaliação Interna, composta de três formatos: autoavaliação; pesquisa diagnóstica e consulta aos empregadores e a Avaliação Externa; implementada por meio de dois avaliadores externos escolhidos pela comunidade e referendados pelo Colegiado os quais visitaram, in loco, o Curso por três dias trabalhando com indicadores específicos apontados pelo Relatório da Avaliação Interna.

Os trabalhos da avaliação Interna se iniciaram a partir da Comissão responsável que foi designada pelo Colegiado do Curso mediante Portaria institucional composta por quatro (4) docentes e oito (8) alunos, neste período não havia funcionário lotado no Curso. Para a Avaliação Externa, o grupo se refez em parte, permanecendo um docente e duas acadêmicas, agora na condição de egressas, agregando-se mais dois novos docentes, três alunos e a técnica-administrativa lotada na Secretaria do Curso, totalizando nove (9) atores, além das duas avaliadoras externas. Em ambas as fases os docentes demonstraram pouca crença no processo enquanto que os alunos sempre foram mais participativos e críticos.

Para GUERRA; 1992 é evidente, que a pessoa que toma parte considera como seu o que faz, responsabiliza-se. Numa palavra, está mais satisfeito. Por outro lado, uma gestão democrática consegue uma melhor aceitação das decisões. O enriquecimento mútuo que produz o diálogo, o intercâmbio, a escuta, a soma de todos os pensamentos, de todas as vontades e todos os esforços.

Isso fez com que no período correspondente ocorressem inúmeras reuniões de caráter deliberativo e consultivas, internas e ampliadas em caráter de assembleia geral objetivando negociações e acordos em relação aos achados preliminares além de que, o próximo passo, sempre era sinalizado pelo coletivo, coerente com a lógica participativa.

Para que a participação seja efetiva, não faz falta somente ter vontade e desejo de participar. Fazem falta estrutura de participação, as quais devem ser criadas e definidas democraticamente. É natural dizer que a primeira, a principal, duradoura e mais importante estrutura foi à sensibilização que se estendeu durante todo o processo.

Teve início com a elaboração do projeto de avaliação privilegiando o debate em torno das teorias de avaliação. Subsequentemente, deu-se o planejamento organizativo das equipes responsáveis pelas diferentes atividades cujos eventos resgataram à comunidade a história do Curso, da formação e da instituição, por meio de Workshops, seminários, debates, conversas corpo a corpo e mensagens via correio eletrônico, sem nunca perder de vista o foco. Sempre que se sentiu uma estrutura ineficaz ou insuficiente para canalizar a participação, imediatamente, modificamos. Isso abriu precedente para participar dando opinião, trazendo ideias, fazendo críticas. O que se sucede é que numa instituição hierárquica é mais difícil, culturalmente expressar livremente a opinião, isso é um aprendizado, neste processo, estávamos todo aprendendo.

Tais estratégias nos permitiram intervir ativamente na construção, manutenção e transformação do estabelecido. A participação foi à condição do discurso cívico e agiu a nível político. Em nenhum momento, os líderes pensaram em retroceder para posições menos participativas, isso comprova que a democracia na universidade é possível e desejável.

Portanto, criou-se um clima em que a colaboração, a comunicação, a confiança e a motivação fizeram parte do tecido cultural da organização. Foi uma tarefa que exigiu tempo e Constância, ao mesmo tempo em que concomitantemente se desenrolavam os três diferentes formatos avaliativos aos atores específicos.

Para a Autoavaliação foram elaborados e validados em assembleia geral quatro instrumentos on-line, com até 15 questões fechadas e uma aberta, enviados em forma de convite aos alunos, docentes, egressos e bolsistas responderem voluntariamente e enviarem em determinado prazo para o endereço eletrônico.

O formato denominado Pesquisa diagnóstica, procurou traçar um diagnóstico do desempenho do alunado em torno da qualidade do ensino. Os dados levantados nos levaram a sistematizar uma série histórica (2004/2010) em torno da evasão, repetência, reprovação, retenção e diplomação, forma de ingresso e corpo docente. Os dados foram organizados e relacionados em tabelas e quadros, coletados no Departamento de Registro e Controle Acadêmico/DERCA e depois de revisados na base do Centro de Processamento de Dados/ CPD, no Sistema de Informações para o Ensino/SIE e na Coordenação do Curso.

Na Consulta aos Empregadores, buscou-se por meio de entrevistas estruturadas a posição dos empregadores e dirigentes sindicais sobre a qualidade do Curso (8ª Coordenadoria de Educação, Secretaria Municipal de Educação, Sindicato dos Professores Municipais e Centro dos professores do Estado e Escolas públicas). As entrevistas tiveram base em categorias como formação, qualidade, carreira e política de cargos e salário.

Após a aplicação destes três formatos integrantes da Avaliação Interna, os instrumentos/resposta enviados on-line foram despersonalizados, classificados por sondagem de opiniões com base na escala de LIKERT, (1967), gravados em formato PDF em pasta específica, tabulados e analisados criticamente. Os demais foram agrupados, lidos, despersonalizados por equipes responsáveis, que elaboraram mini relatórios, com auxílio de planilhas excell, sendo que as respostas das questões abertas das entrevistas foram analisadas com base na Análise do discurso, ORLANDI: 2002.

4. Resultâncias políticas

Com base nos achados analisados e discutidos frente a cada instrumento implementado nas duas etapas que integraram o processo de Avaliação Institucional do Curso, passamos a discorrer os ganhos políticos agregados pela IES, Centro de Ensino, Curso e a sociedade local e regional.

Os resultados pertinentes a autoavaliação do corpo docente apontam 34% de participação do segmento, ou seja, dos 47 docentes apenas 12 responderam ao questionário. Entre as respostas coletadas, destacam-se algumas tais como, que a maioria não conhece o Projeto pedagógico do Curso. Sentem-se satisfeitos com o acesso a documentação, com a promoção de eventos científicos pelo Curso; porém insatisfeitos com os recursos financeiros para o Curso, a maioria opinou ser satisfatório o retorno sobre avaliações anteriores.

O segmento discente teve a participação de apenas 14% do alunado do Curso. Os aspectos positivos referente ao segmento são corpo docente, equipamentos de informática, atendimento as expectativas do Curso, relação Orientador (a) X Orientando (a). Dentre os aspectos negativos realçam-se, desconhecimento do Projeto Político-Pedagógico, relação entre professores, disciplinas e projeto Político-Pedagógico, disciplinas X prática pedagógica, relação dos conteúdos e a formação profissional, falta orientação para a pesquisa no Curso, relação ensino X pesquisa e extensão, bibliotecas, infraestrutura, relação Disciplinas X Monografia.

No segmento bolsista, salienta-se que na época da avaliação o Curso não contava com um Servidor Técnico Educacional (TAE) lotado na Secretaria do Curso, uma vez que a antiga servidora entrou em licença saúde em maio de 2008 não havendo reposição ou substituição, o que levou sucessivos coordenadores se assessorassem de alunos bolsistas. Esse fato justifica a consulta aos bolsistas que atuaram entre 2008 e 2010. Para tal foi enviado para quatro alunos ex-bolsistas um questionário on-line contendo 14 questões fechadas, destas apesar do reforço e prorrogação da data por duas vezes, apenas retornou uma contribuição, num percentual de 25%.

Desse modo, entre os pontos positivos estão, conhecimento do Projeto Político-Pedagógico, local de trabalho, instalações acadêmicas, infraestrutura, informatização das rotinas acadêmicas, atuação do coordenador, eventos. Já os pontos negativos apontados são, canais de comunicação na UFSM e valores das bolsas.

Para o segmento Egresso, foram enviados questionários a cinco egressos, destes retornaram apenas três, totalizando 60% de participação do segmento. Os pontos positivos abordados foram definição de turno, melhor visão da pós-graduação, qualificação para pós-graduação *strictu sensu*, bom nível de exigência. Já os pontos negativos foram disciplinas e prática profissional, participação em atividades de pesquisa e extensão, corpo docente, bibliotecas, infraestrutura, confusão de linhas de pesquisa, precariedade na discussão da função gestor, disciplinas optativas com muitos docentes, falta de entrosamento, disciplinas fragmentadas.

A Consulta aos empregadores foi sistematizada numa planilha de datas, locais, horários, equipes docentes e alunos visitantes, precedida de reuniões que apontaram as categorias; formação, carreira, certificação, qualidade cargos e salários como assunto desencadeante das conversas. Objetivou a posição dos gestores públicos e dirigentes sindicais sobre o Curso (8ª CRE, Smed, Sinprosm, Cpers e escolas públicas).

Por meio de entrevistas e observações, as quais foram realizadas no período de setembro a outubro de 2010. Os dados e fatos relatados e observados foram todos descritos por relator previamente designado no grupo, além de que duas entrevistas foram gravadas e depois transcritas. A riqueza das falas nos favoreceu analisar as entrevistas com base na Teoria da análise do discurso, uma vez que para ORLANDI, há muitas maneiras de se estudar a linguagem: concentrando nossa atenção sobre a língua enquanto sistema de signos ou como sistema de regras formais. Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. Para este autor Análise do Discurso é:

uma teoria que tem sua metodologia de pesquisa baseada no sujeito. Assim sendo, este sujeito é para além do biológico e sociológico é história, língua, ideologia são também interpretações da realidade descrita pela linguagem através da polifonia e da polissemia, ou seja, as palavras ou o silêncio são maneiras de construções discursivas como a repetição que serve para fixar algo (sentido) que, ainda não está totalmente internalizado. (2002: P.15).

Com base nas respostas dos gestores das mantenedoras e sindicais, temos como pontos positivos, a franqueza da análise do discurso ao reafirmarem a necessidade de continuar existindo especialistas nas

escolas, apesar de não exigir mais concurso público para o cargo, o que de certo modo é uma contradição por parte das escolas que apregoam uma gestão democrática para suas propostas pedagógicas. Isso demonstra o quanto estão equivocados e ultrapassados quanto a implantação e consolidação deste princípio constitucional, nas instituições, pois ainda fazem questão do trabalho fragmentado, seriado, partido e dominado por apenas um profissional.

O resultado da Pesquisa diagnóstica sistematizou uma série histórica sobre o desempenho do alunado em torno da evasão, repetência, reprovação, retenção e diplomação, forma de ingresso e corpo docente. Foram pesquisadas a série 2004 à 2010 e dentre estas destacou-se a evasão com um percentual 34% ano, o que é deveras alto e oneroso para um Curso mantido por uma instituição pública que, ao longo do tempo não vem procurando sanar tais distorções. Cabe questionar se os gestores anteriores e atuais detêm tal informação e o que estão fazendo para zerar este índice.

Como pontos positivos realçaram-se o fato de o Curso primeiramente, ser independente das regulações e avaliações estatais; ter uma oferta periódica anual de seleção para ingresso. O segundo ponto considerado positivo nas análises é o fato do Curso possuir uma área de formação específica e bem definida, tendo assim uma identidade construída e consolidada na comunidade acadêmica.

Como pontos negativos evidenciam-se primeiramente o não envolvimento de todos os departamentos do Centro no Curso, lembrando que dos quatro departamentos lotados no Centro, apenas dois tem participação efetiva com oferta de disciplinas. Há que se democratizar o acesso discente e o saber docente.

Assim como alguns departamentos se eximem da participação no Curso, os que dele participam nem sempre o fazem de maneira a proporcionar qualidade para o mesmo. Como são apenas dois departamentos ofertando disciplinas para compor o currículo, o número de docentes acaba sendo limitado gerando tanto uma defasagem na composição do corpo docente que ministra as disciplinas, mas para a orientação de Monografias não há critério mais rígido, qualquer docente do Centro pode solicitar credenciamento que é fluxo contínuo sem comprovação da produção para orientar

Os fatos e dados até aqui desvelados pela pesquisa diagnóstica aliados à falta de políticas de assistência estudantil podem ser atenuantes também da alta evasão no Curso.

Tendo analisado, debatido e divulgado os resultados finais da Autoavaliação no Curso e na IES, passamos para segunda etapa. Recompomos a Comissão, planejamos o projeto e aprovamos nos setores competentes tudo com o conhecimento dos atores da comunidade e principais envolvidos na fase anterior. Buscamos verba para o financiamento do projeto que envia recursos humanos externos e despesas de estadia e ajuda de custo.

Após acordos e negociações com atores internos e externos, a organização ainda demandou inúmeras reuniões internas, como distribuição de atribuições, elaboração de instrumentos e funções específicas a cada membro envolvido.

O processo in loco, a visitação dos especialistas propriamente dita ocorreu em três dias, ou seja, 10, 11 e 12 de novembro de 2011 por meio de dois *experts* na área de gestão, escolhidos pela comunidade e referendados e o colegiado do Curso, que priorizou buscou o critério da produção e o envolvimento com a área, para convidá-los.

Os resultados dessa fase tornaram-se públicos ao término das atividades, quando os avaliadores elaboraram um Relatório com sugestões a serem realizadas para melhoria da qualidade no Curso.

Reconhecem que os gestores institucionais possuem uma boa visão do Curso, embora estejam um pouco distantes da sua dinâmica. O trabalho proposto para avaliação externa foi elogiado e apresentaram boas expectativas quanto ao financiamento e a perspectiva de consolidação e/ou mudança para *stricto sensu*. Os docentes sempre demonstraram aceitação, de certo modo, cobravam a avaliação, inclusive os gestores anteriores, mas quando, de fato correu, deserdaram da Comissão e do processo de modo geral, não mais demonstrando interesse pelo fato, talvez pela pouca crença em avaliação, talvez o impacto das revelações. Isso levou a baixa participação docente na reunião do Curso denotando a necessidade de um trabalho mais compartilhado e participativo na concepção e execução da proposta do Curso, mas os que compareceram, contribuíram, efetivamente com o debate.

A reunião os discentes contou mais com os calouros e alguns poucos em escrita monográfica, isso é pertinente porque muitos já não participam cotidianamente da vida no campus. Estes apontaram que o curso dá uma visão geral de gestão e que o foco é mais voltado para a gestão democrática da educação. De maneira geral percebem a linha filosófica que permeia o curso, mas esta idéia não está clara para todos.

Muitos docentes e discentes apontam que o curso tem qualidade, justamente porque propicia uma visão sistêmica de gestão da educação e que procura aproximar os pressupostos teóricos e práticos da gestão. Crêem os alunos que o curso precisa investir mais nesta aproximação teórica-prática. A qualidade do curso está relacionada com a identidade que os alunos constroem nesta trajetória acadêmica em direção ao *stricto sensu* e ao mundo do trabalho.

Avaliou-se que tanto o financiamento quanto a promoção de eventos científicos do e no curso possuem uma estreita relação com o Índice de Distribuição de Recursos (IDR) da universidade destinado ao Curso, o qual é muito baixo, justifica-se esta informação pela prioridade das políticas públicas aos cursos de mestrado e doutorado.

Identificamos que os docentes que compareceram à reunião sinalizam conhecer e se comprometer com o Projeto Político Pedagógico do curso. Sabem qual é a linha filosófica, bem como defendem a importância da democratização da escola básica e do Curso estar focado na gestão democrática da educação básica.

Constatou-se que os alunos participaram de reuniões em que foi apresentado o PPP do Curso e discutido o seu enfoque. Entretanto, apresentam preocupação com a identidade do Curso já que em algumas instituições/mantenedoras o curso certificado do Curso de “Gestão Educacional” não é reconhecido porque não tem estágio profissionalizante, o que é exigido em concursos públicos de muitos municípios. A questão está na especificidade do Curso que é de formação continuada e concebe gestão como processos e não cargos.

Quanto aos horários do Curso, sugere-se que para atender tanto os recém-egressos dos cursos de graduação, quanto os professores que atuam na educação básica, o curso seja ofertado com horários alternados. Ou seja, de dois em dois anos possa ser ofertado em turnos diferenciados (diurno/noturno). A ideia de organização dos horários quinzenais também é uma alternativa que potencializa maior interesse, participação, menor evasão e dá um formato mais aproximado a pós-graduação.

Tanto docentes quanto discentes apontaram a importância da conscientização e parceria com as mantenedoras das redes públicas, para que a formação ofertada pela universidade seja coerente com a necessidade e expectativa do sistema de ensino. Também, destacaram a necessidade de os gestores, tanto das mantenedoras quanto das escolas, apoiarem seus professores nesta formação em gestão. Sugere-se a perspectiva de termo de cooperação técnica entre a instituição e mantenedoras.

O Curso precisa ser pensado para a sociedade e, nesta perspectiva, os seus horários, as disciplinas, o corpo docente, a infraestrutura, o acesso, as atividades teóricas-práticas precisam ser discutidas e [re] organizadas para atender efetivamente as expectativas da demanda.

Outra questão apontada como fundamental pelos avaliadores é que a produção docente na área de gestão educacional necessita ampliar e qualificar para retroalimentar o conhecimento acumulado da trajetória do Curso, bem como potencializar melhorias nos indicadores do Curso e respectivo fomento. Apontam que seja repensado o quadro de professores que compõe o Curso, no sentido de que passem a integrar este grupo de maneira efetiva aqueles que, de fato, investigam o conhecimento na área de gestão escolar e educacional. Para tanto, será planejado e implementado um cronograma com entrevista personalizada, marcada previamente com cada um dos docentes credenciados, que tiver interesse, para exposição minuciosa dos resultados da avaliação, bem como de sua produção frente o Curso, quando for o caso solicitar maior aderência e indexação da temática nas respectivas produções acadêmicas, para que isso

venha melhorar o Curso tanto em termos financeiros, por meio do índice de distribuição de recursos – IDR da instituição como a identidade da área.

Referente à matriz curricular do Curso, os avaliadores apontaram a inadequação de algumas disciplinas, devendo a matriz ser revisada e atualizada para dar conta das discussões e organização da educação na perspectiva atual.

Estas são pedagogicamente ricas contribuições que se endereçam diretamente para a consecução de um bom clima, de uma reflexão sistemática e de um compromisso com o melhoramento, em vista disso, imediatamente, três atitudes foram postas em prática: divulgação do Relatório final a comunidade: convite a cada um dos docentes para um diálogo sobre os resultados, especialmente focando sua produção no Curso e uma reunião geral com a comunidade para ampliar os rumos da transformação do projeto pedagógico e da base curricular.

5. Configurando (in) conclusões

Considerações pós-avaliação estão a indicar que o Curso obteve um diagnóstico claro de sua realidade. Há pontos a melhorar, outros a aperfeiçoar e outros a serem transformados radicalmente.

Sem dúvida, este processo se constituiu num desafio e como todo desafio, não sabíamos aonde chegaríamos. Foi a participação forte que nos levou à magia do processo que nos levou ao crescimento e ao encantamento.

Foi elogiado e experienciado por todos que se envolveram direta ou indiretamente com os resultados, servindo de base, inclusive para os recém-criados Núcleo Estruturantes dos Cursos de Graduação de nossa Instituição.

Tal prática nos permite afirmar que a Avaliação Institucional é um tema de grande importância, ainda mais quando sustentada em metodologias participativas, se revela como uma força de caráter social, político e pedagógico, especialmente no espaço público, cujo teor permite que o maior objetivo da avaliação é propor mudanças, ajustes e políticas públicas, e não somente o avaliar por avaliar, ou apenas implementar um lado do processo, no caso a avaliação externa.

Este processo, nós construímos e vivemos, sem fórmulas ou receitas, viabilizamos ao inverso da supervisão estatal, porque sustentado teoricamente num paradigma emancipatório também nos emancipamos politicamente num coletivo afinado e desejoso de mudanças que não pensou duas vezes em “por a mão na massa” para executar os passos previstos a cada deliberação coletiva.

Foi uma grande tarefa, mas gratificante, a despeito da rotina diária e estafante da vontade de, muitas vezes, deixar tudo parado pela falta de participação e consequente desconsideração de alguns membros da comunidade, que se julgam acima do bem e do mal e agem como se o que é público não precisasse ser avaliado. Tão antidemocráticos que nem se questionam que tipo de avaliação eu quero? Mas a prática determinada de busca da qualidade deu o sentido de que autoritarismo não combina com participação plena e forte.

Pós-avaliação, a comunidade está dando a entender que o Curso tornou-se transparente para os que têm olhos para ver e ouvidos para escutar, por conseguinte mais envolvente qualitativamente. A meta-avaliação está a descortinar melhormente a riqueza que há no corpo docente, discente, na infraestrutura, no corpo técnico, o que perpassa a subjetividade dos que ainda não foram mexidos pela importância da autocrítica e da crítica da autocrítica, estes ainda demandam a continuidade do processo, até que se tenha a avaliação participativa como uma cultura incorporada ao patrimônio do Curso.

Os achados desse momento de democracia no espaço público estão a sugerir novos rumos ao Curso, uma vez que os resultados da Avaliação Participativa estão a sensibilizar o grupo de gestores e alguns membros da comunidade a desafiarem-se na construção de um projeto que promova o Curso de Especialização (*Lato sensu*) a modalidade de Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* ou Mestrado Acadêmico.

Conclui-se que há avanços inegáveis neste processo, porém, o caminho por meio da avaliação apenas está começando, não basta somente à vontade política dos gestores, resta saber se o grupo permanecerá coeso e preparando as mudanças por meio da participação forte, pois não basta mudar o nome das coisas para que as coisas mudem. Avaliação com qualidade requer participação, muito mais ainda, para que o público tome conta do que é do público.

6. Referências

GUERRA, Miguel A. Santos. (2002). *Os caminhos da participação*. Porto. Porto Editor.

LEITE, Denise. (2005). *Reformas universitárias. Avaliação institucional participativa*. Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro.

ORLANDI, Eni P. (2002). *Análise De Discurso: princípios e procedimentos*. 4ª edição. Campinas, SP: Pontes.

SOUSA SANTOS, Boaventura. (2000). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7. Ed. São Paulo: Cortez.

UFSM. *Centro de Educação*. Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* Especialização em Gestão Educacional. (2011). Relatório Final: Avaliação Interna: Autoavaliação do Curso de Especialização em Gestão Educacional do Centro de Educação/UFSM. Santa Maria. Brasil.

UFSM. *Centro de Educação*. Curso de Especialização em Gestão Educacional. Projeto político pedagógico. Santa Maria. (2006). Santa Maria. Brasil.

5.9.

Título:

Qualificação e regime de trabalho do corpo docente da Universidade do Vale do Itajaí – Univali e sua relação com a avaliação externa dos cursos

Autor/a (es/as):

Ferri, Cássia [Universidade do Vale do Itajaí]

Lacerda, Leo Lynce Valle de [Universidade do Vale do Itajaí]

Resumo:

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes² – do Brasil tem como um dos seus principais instrumentos o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade – realizado em ciclos trienais. Os relatórios resultantes do Enade agregam diversos índices que traduzem o desempenho dos estudantes, índices que estão disponíveis à consulta pública. Os órgãos reguladores nacionais têm enfatizado a obrigatoriedade (prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de um corpo docente com titulação e regime de trabalhos adequados à formação universitária. Focado nesses aspectos, o trabalho desenvolvido analisou a relação destes fatores indicativos da qualidade docente com o desempenho dos estudantes. O estudo, referente ao triênio 2007-2009, possibilitou a análise de 52 cursos de graduação da Univali, cujos alunos se submeteram ao Enade. Foram coletados percentuais de titulação docente e regime de trabalho, bem como os índices contínuos relativos ao Enade. As relações entre estas variáveis foram testadas por meio de correlações não paramétricas (Spearman) ao nível de significância de 10%. Foram observadas relações significativas entre as variáveis de acordo com a área de concentração à qual os cursos pertencem. O percentual de docentes

² Para auxílio ao leitor foi disponibilizada uma lista de siglas no apêndice deste trabalho.